

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO****A batalha do ‘chortinho’**

As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas esbarram em reações violentas

Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita, está se tornando selvagemmente fundamentalista. As alunas organizaram um abaixo-assinado contra a proibição do uso de chorte nas salas de aula — a escola não exige uniforme — e, embora tenham obtido algum apoio e bastante visibilidade, o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.

Os argumentos que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas — que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas — estão desde a tentativa de rotular uma das líderes do movimento como “comunista”, acusação da direita hidrófoba, até a afirmação de que o motivo da luta é fútil, acusação da esquerda hidrófoba, já que as estudantes pertencem à classe média alta. Mas a alegação mais recorrente, e mais patética, é a de que o uso de chorte pelas meninas atrapalha a concentração dos meninos.

O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo — 4,8 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres, ou 13 mulheres mortas por dia. Metade dos crimes são cometidos dentro de casa, a imensa maioria praticados por parceiros ou ex-parceiros. Também assustador é o número de estupros. Oficialmente, em 2014 foram registrados quase 48.000 casos — um estupro a cada 11 minutos — mas, levando em conta que apenas 10% das vítimas prestam queixa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública calcula que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano. Além disso, 77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual, segundo pesquisa do Disque 180.

A violência contra a mulher não distingue classe social — os homens, sejam ricos, sejam pobres, buscam exercer com igual intensidade o seu poder discriminatório. Essa mentalidade machista conforma-se desde cedo, alimentada pela sociedade em uma espécie de círculo vicioso: meninos e meninas são criados dentro de modelos pré-estabelecidos, as meninas para tornarem-se mulheres submissas, os meninos para constituírem-se em adultos predadores. Por isso, os números assustadores, e inaceitáveis, de feminicídio, estupro e assédio sexual ostentados pelo Brasil.

Assim como temos imensa dificuldade de diferenciar o que é Estado do que é Governo (porque este sempre se

apropria daquele), também não sabemos distinguir Ética de Moral. Por trás da insatisfação das meninas de Porto Alegre existe um discurso coerente e libertador. Não é o direito de usar chorte nas dependências do colégio que está em discussão — um valor moral —, mas a ideia de questionar o papel da mulher na sociedade — um valor ético. Ver no uso de chorte pelas meninas uma ameaça à estabilidade comportamental dos meninos seria um argumento risível, não fosse sórdido.

A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro. Portanto, o que sexualiza o corpo feminino não é o tipo de roupa que o reveste, mas o olhar que o julga. Proibir o uso de chortes pelas meninas, alegando a preservação de valores ditados por uma sociedade machista, é admitir a total falência do sistema educacional, que deveria cultivar a ética antes que a moral — é aceitar que não ultrapassamos os limiares da animalidade, que somos instinto apenas, puro instinto. Ao fim e ao cabo, é como incriminar as mulheres pelo estupro, pelo assédio, pela violência doméstica.

Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas. Para além da crise político-institucional e da derrocada econômica, vivemos um momento de ofensiva fundamentalista. As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas exatamente devido ao sucesso da empreitada esbarram em reações violentas por parte daqueles que defendem os privilégios masculinos — e, infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas, porque também as há. Basta ver que o aborto continua proibido e que mesmo encabeçando 40% dos domicílios, a força de trabalho feminina equivale a 75% dos salários pagos aos homens para as mesmas funções. O chorte das meninas de Porto Alegre é uma bandeira simbólica — ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.

RUFFATO, Luiz. A batalha do chortinho. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/02/opinion/1456933454_142603.html>. Acessado em 30 mar. 2016.

QUESTÃO 1

O texto apresentado é do tipo dissertativo. Qual é o propósito comunicativo do texto?

- (A) Criticar o uso do “chortinho”, porque atrapalha a concentração dos meninos.
- (B) Esclarecer a razão das reações violentas dos homens.
- (C) Alertar para o fato de a mulher, não obstante ter atingido sucesso na sociedade, sofrer com o comportamento machista do homem.
- (D) Mostrar o percentual de mulheres que já sofreram assédio sexual, de acordo com o Disque 180.

QUESTÃO 2

Em “A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro.”, sobre o período destacado do 6º parágrafo do texto infere-se que:

- (A) quando o significado do acontecimento se modifica, os comportamentos das pessoas não mudam.
- (B) o filtro pelo qual vemos o significado dos acontecimentos que nos rodeiam podem nos tornar pessoas sem conceito.
- (C) quando mudamos o filtro por meio do qual vemos o significado dos acontecimentos que nos cercam, mudamos, conseqüentemente, o significado dos acontecimentos.
- (D) a roupa que reveste o corpo feminino pode alterar a forma de olhar do outro, uma vez que as respostas e os comportamentos das pessoas podem se modificar.

QUESTÃO 3

Morfologicamente, o termo destacado é conjunção integrante e inicia oração subordinada em:

- (A) “que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano.” (3º parágrafo)
- (B) “que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas.” (2º parágrafo)
- (C) “que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas.” (2º parágrafo)
- (D) “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.” (1º parágrafo)

QUESTÃO 4

Em “Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita...”, por haver alteração de sentido para o texto, a palavra destacada só NÃO poderia ser substituída por:

- (A) genuína
- (B) dissimulada
- (C) demagoga
- (D) fingida

QUESTÃO 5

“77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual”.

Indique a opção que apresenta sintaxe de concordância CORRETA quanto à expressão que indica porcentagem.

- (A) 77% afirma já ter sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (B) 77% afirma já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (C) 77% da mulherada afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (D) 77% afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.

QUESTÃO 6

Em “O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.”, o verbo destacado está no singular concordando com o sujeito, se estivesse no plural seria:

- (A) deteem
- (B) detêm
- (C) detem
- (D) detêem

QUESTÃO 7

Em “infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas.”, o termo destacado deve ser sintaticamente classificado como:

- (A) objeto direto, pois completa o sentido de um verbo transitivo.
- (B) objeto indireto, porque completa o sentido de um verbo transitivo.
- (C) agente da passiva, já que completa o sentido de um verbo na voz passiva, indicando-lhe o ser que praticou a ação verbal.
- (D) sujeito, já que funciona como suporte de uma afirmação feita por meio do predicado.

QUESTÃO 8

Em “Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas.”, é possível afirmar que:

- (A) “atualmente” é adjunto adverbial de tempo.
- (B) “bastante” é adjetivo, porque caracteriza “águas”.
- (C) “atualmente” é adjunto adverbial de modo.
- (D) O verbo indica uma ação concluída no pretérito.

QUESTÃO 9

Em “também não sabemos distinguir Ética de Moral.”, o termo destacado do 5º parágrafo possui valor semântico de:

- (A) explicação
- (B) alternância
- (C) adição
- (D) concessão

QUESTÃO 10

Sobre o emprego dos pronomes é CORRETO afirmar que:

- (A) Em “porque também as há.”, o pronome destacado do último parágrafo apresenta caso de ênclise e refere-se a mulheres machistas.
- (B) Em “ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.”, o pronome destacado do último parágrafo do texto refere-se a “meninas de Porto Alegre”.
- (C) Em “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.”, o pronome destacado deste fragmento do 1º parágrafo deve ser classificado morfologicamente como pronome relativo.
- (D) Em “mas o olhar que o julga.” (6º parágrafo), há caso de próclise com o pronome em destaque devido à presença do pronome relativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11

Uma torneira com defeito enche um copo de 500 ml a cada 2 horas. A água que é desperdiçada por essa torneira, para encher um reservatório de 2,1 m de comprimento por 2,2 m de largura e 1m de altura, levaria aproximadamente:

- (A) 1 mês
- (B) 1 ano
- (C) 2 meses
- (D) 2 anos

QUESTÃO 12

Numa escola, a quantidade de meninos é igual a quantidade de meninas. Um estudo mostrou que 7% dos meninos e 3% das meninas são portadores de necessidades especiais. Ao selecionar um aluno da escola, a probabilidade desse aluno ser uma menina com necessidades especiais é de:

- (A) 30%
- (B) 25%
- (C) 20%
- (D) 10%

QUESTÃO 13

Uma pessoa vai a uma agência de automóveis para vender seu carro. A agência cobra 10% sobre o preço da venda do carro. Se a pessoa deseja receber R\$ 18.000,00, quanto ela deve pedir pelo carro?

- (A) R\$ 15.000,00
- (B) R\$ 18.000,00
- (C) R\$ 20.000,00
- (D) R\$ 22.000,00

QUESTÃO 14

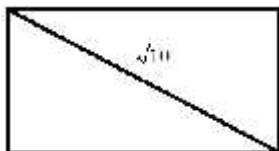
Numa fábrica de brinquedos, o preço de um determinado brinquedo diminuiu 10% e as vendas desse brinquedo aumentavam 20% num certo período. Nesse mesmo período, o faturamento da fábrica com esse brinquedo aumentou em quantos %?

- (A) 8%
- (B) 12%
- (C) 15%
- (D) 30%

QUESTÃO 15

No sítio de João, na entrada, foi feita uma porteira de madeira na forma de um retângulo com uma tábua na diagonal da porteira, com $\sqrt{10}$ m para reforçá-la, como mostra a figura abaixo. Se a área ocupada pela porteira na entrada do sítio é de $1,5 \text{ m}^2$, o comprimento da porteira é de:

- (A) 4 m
- (B) 3 m
- (C) 2 m
- (D) 1 m



QUESTÃO 16

Júlio, dirigindo a 100 km/h calcula que, nessa velocidade, o combustível que ele tem ainda permite percorrer 80 km. Mas, nesse momento, marcando 18 h no seu relógio, ele vê uma placa que indica que o próximo posto se encontra a 100 km. Se Júlio diminuir um pouco a velocidade, o consumo diminui e ele consegue chegar ao posto. Dirigindo com a maior velocidade possível, a que horas ele chegará ao posto?

- (A) 19 h
- (B) 19h e 12 min
- (C) 19 h e 15 min
- (D) 19 h e 20 min

QUESTÃO 17

Se $N! = 11 \cdot 7^2 \cdot 17 \cdot 13 \cdot 5^3 \cdot 2^{16} \cdot 3^8$, qual o valor de N?

- (A) 17
- (B) 18
- (C) 19
- (D) 20

QUESTÃO 18

A produção diária de leite em uma fazenda, consegue encher completamente 3 latões cilíndricos. Se na fazenda usassem latões menores, com metade do diâmetro e metade da altura do latão grande, quantos latões menores seriam necessários para armazenar a mesma quantidade de leite?

- (A) 30
- (B) 24
- (C) 18
- (D) 12

QUESTÃO 19

Márcia aplicou R\$ 200,00 a juros compostos de 10% ao ano, com capitalização anual. Após 48 meses, o montante dessa aplicação será igual a:

- (A) R\$ 348,36
- (B) R\$ 326,20
- (C) R\$ 292,82
- (D) R\$ 280

QUESTÃO 20

Numa progressão geométrica de termos positivos, se o terceiro termo é igual à metade da razão, a soma dos três primeiros termos é igual a:

- (A) $\frac{7}{4}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{1}{8}$
- (D) 1

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO

QUESTÃO 21

Consoante a Lei Orgânica do Município de Paracambi, acerca do processo legislativo, assinale a opção CORRETA:

- (A) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (D) A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pelo chefe do poder executivo municipal com respectivo número de ordem.

QUESTÃO 22

Conforme a Lei Orgânica do Município de Paracambi, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará. O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de vinte dias úteis, contados da data do recebimento.
- II. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara. A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, importará em automática renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, assumindo, imediatamente, o vice-presidente da câmara que deverá convocar eleições diretas a serem realizadas no prazo máximo de 60 dias.
- III. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante o Tribunal de justiça.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas duas são corretas.
- (B) Apenas uma é correta.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Todas são corretas.

QUESTÃO 23

Acerca dos auxiliares diretos do prefeito, assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) Os Secretários ou Diretores são subsidiariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
- (B) São auxiliares diretos do Prefeito: os Secretários Municipais e os Diretores de Órgãos da Administração Pública Direta e têm como suas atribuições dentre outras previstas em lei: subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos; expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos; apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou órgãos e comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.
- (C) O Prefeito fará publicar anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos.
- (D) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 20 dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

QUESTÃO 24

Assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (B) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum poderá ser outorgada para qualquer finalidade desde que atenda ao interesse público, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (C) Permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito através de autorização legislativa da câmara de vereadores.
- (D) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

QUESTÃO 25

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Paracambi (Lei Municipal 326/94), o prazo para a conclusão do processo disciplinar NÃO excederá:

- (A) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, não sendo admitida prorrogação.
- (B) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) 90 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (D) 120 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

HISTÓRIA DE PARACAMBI

QUESTÃO 26

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, a rede de serviços coletivos fornecidos aos trabalhadores se estruturava na capela, na escola, no armazém, no clube social, no campo de futebol. No entanto, o autor percebe nesse processo um paradoxo, ou seja, a contradição entre:

- (A) os benefícios sociais desfrutados pelos operários e a subordinação dos mesmos ao controle social exercido pelos dirigentes das fábricas.
- (B) a disponibilidade de uma variedade enorme de serviços e o uso quase insignificante dos mesmos pelas famílias operárias.
- (C) o controle privado dos setores de lazer e alimentação e o controle público da educação e da saúde dos trabalhadores.
- (D) a oferta destes serviços em favor das crianças e adolescentes, filhos dos operários, e a interdição do seu uso em prol dos adultos.

QUESTÃO 27

Na década de 1910, desencadeou-se um conflito entre os protestantes da Igreja Congregacional e a Fábrica Brasil Industrial. A causa deste conflito foi:

- (A) a influência dos diretores congregacionais da Fábrica Maria Cândida sobre os operários da Fábrica Brasil Industrial.
- (B) a defesa, pelos congregacionais, da guarda do domingo, uma vez que não era concedido o descanso dominical para os operários.
- (C) a não aceitação, pelos operários protestantes congregacionais, de símbolos católicos no ambiente de trabalho das fábricas de tecidos.
- (D) a recusa dos congregacionais de participarem das missas e procissões organizadas pela Companhia Brasil Industrial.

QUESTÃO 28

Depoimento de uma ex-operária da Companhia Brasil Industrial: “Ah, quando eu era pequena eu via a procissão, via aquela criançada toda com aquelas bandeirinhas, com aquelas faixinhas cantando, ah meu Deus, que vontade, mas era só a criançada do colégio só que saía na procissão, aí quando se deu a oportunidade eu já entrei na fábrica para poder estudar nesse colégio que pertencia à fábrica.”

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, o deslumbramento da ex-operária com as procissões de Nossa Senhora revelam:

- (A) a fé católica como o principal fator responsável pela oferta de mão de obra para as fábricas têxteis.
- (B) que as procissões tinham o único objetivo de atrair força de trabalho para as fábricas de tecelagem.
- (C) a expressiva relação entre religiosidade, escola operária e trabalho fabril.
- (D) que a Igreja Católica local evitava relações com a Companhia Brasil Industrial, vista como laica.

QUESTÃO 29

“Porque na fábrica era assim: sabia as quatro operações, sabia escrever, sabia ler, fazia lá um ditadozinho. Pronto. Então passava a trabalhar diariamente. Antes era alternado como eu já falei. Eram duas turmas, depois daí passava diariamente” (Paulo Fernandes Keller: *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*).

A declaração acima, de uma ex-funcionária da Companhia Brasil Industrial, nos anos 30 do século XX, está associada à seguinte consideração:

- (A) os adolescentes matriculados na Escola de Aprendizes, portadores das melhores notas em cálculo elementar, eram convocados para trabalhar no setor contábil da Fábrica.
- (B) um mínimo de aprendizagem possibilitava a aprovação de menores operários na escola operária e a sua passagem para o trabalho fabril.
- (C) o trabalho diário era confiado apenas aos alunos da escola operária que apresentassem noções complexas de matemática e português.
- (D) a necessidade de calcular medidas para dividir os tecidos em retalhos exigia dos alunos da Escola de Aprendizes grande habilidade em matemática, ainda que não soubessem ler ou escrever.

QUESTÃO 30

Depoimentos acerca do cotidiano nas vilas operárias revelam que homens sem camisa, ainda que dentro de suas casas, ou mulheres que tentavam entrar no local de trabalho com vestido decotado, com alça ou acima do joelho, eram advertidos por gerentes ou guardas das fábricas de tecidos. Esses fatos mostram:

- (A) o domínio do clero católico sobre as relações de trabalho nas fábricas.
- (B) a regulação do Estado sobre as liberdades individuais dos trabalhadores.
- (C) a imposição, pelos sindicatos, de duras regras de comportamento sobre os operários.
- (D) o controle patronal sobre a rotina familiar e comunitária dos operários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

De acordo com o texto do Código Penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. No peculato doloso a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- II. O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado;
- III. No crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

Assinale a opção CERTA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 32

Sobre os crimes contra a Administração Pública assinale a opção CORRETA:

- (A) São exemplos de crimes contra a administração pública praticados por particular a resistência e a denúncia caluniosa.
- (B) No crime de exercício arbitrário das próprias razões praticado sem violência, a ação penal é pública condicionada à representação.
- (C) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- (D) No crime de favorecimento real, se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

QUESTÃO 33

Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, comete o crime de:

- (A) Corrupção passiva privilegiada
- (B) Prevaricação
- (C) Peculato
- (D) Corrupção ativa

QUESTÃO 34

De acordo com o Código de Processo penal, assinale a opção CORRETA:

- (A) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para comparecer ao interrogatório e 3 dias após apresentar defesa prévia.
- (B) É facultativa a apresentação da Defesa Prévia, sendo obrigatória apenas sua intimação.
- (C) No procedimento ordinário poderão ser inquiridas até no máximo 5 testemunhas e em regra as alegações finais serão escritas no prazo de 5 dias.
- (D) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo: ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

QUESTÃO 35

De acordo com o Código de Processo Penal, sobre o tema prisão e liberdade provisória assinale a opção CORRETA:

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- (B) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente conceder a liberdade provisória com ou sem fiança no caso de prisão ilegal.
- (C) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos ou culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- (D) Não será concedida fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos.

QUESTÃO 36

Consoante o Código de Processo Penal, o prazo do recurso de apelação é de:

- (A) 5 dias
- (B) 8 dias
- (C) 10 dias
- (D) 15 dias

QUESTÃO 37

De acordo com as normas da Constituição da República e do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. Consoante nova redação trazida pela Emenda Constitucional 65/2010, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
 - II. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, não sendo admitida a aplicação do Estatuto da Criança e do adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
 - III. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- (A) Apenas uma afirmativa é verdadeira.
 - (B) Apenas duas afirmativas são verdadeiras.
 - (C) Todas as afirmativas são verdadeiras.
 - (D) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

QUESTÃO 38

Conforme o Estatuto da Criança e o Adolescente, sobre os conselhos tutelares, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- (B) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- (D) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

QUESTÃO 39

Acerca do casamento, consoante o Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, só poderá ser anulado se a ação for proposta em cento e oitenta dias, por iniciativa do incapaz, ao deixar de sê-lo, de seus representantes legais ou de seus herdeiros necessários.
- (B) A guarda será unilateral ou compartilhada. Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua e, por guarda compartilhada, a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.
- (C) A decretação de invalidade dos atos praticados sem outorga, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz, só poderá ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la, ou por seus herdeiros.
- (D) É nulo o casamento contraído: pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil e por infringência de impedimento.

QUESTÃO 40

Sobre o instituto da posse previsto no Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.
- (B) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
- (C) O possuidor de má-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, não podendo, entretanto exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.
- (D) O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.

QUESTÃO 41

De acordo com a Constituição da República de 1988, sobre o Poder Judiciário, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (B) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- (C) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/92), analise as afirmativas a seguir:

- I. As disposições da lei de improbidade não são aplicáveis a quem não é agente público mesmo que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, uma vez que são condutas próprias de funcionário público.
- II. Nem todo ato de improbidade administrativa configura crime contra a administração pública.
- III. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 43

Acerca do Mandado de Segurança assinale a opção CORRETA:

- (A) Por força do princípio constitucional da inafastabilidade do poder judiciário, cabe mandado de segurança contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 60 (sessenta) dias, quando notificado judicialmente.
- (C) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- (D) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

QUESTÃO 44

Sobre Ação Civil Pública assinale a opção CORRETA:

- (A) Não é possível ajuizar ação cautelar para os fins da Lei de Ação Civil Pública.
- (B) Qualquer legitimado para propositura da Ação Civil Pública poderá instaurar inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- (C) Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins da Lei de Ação Civil Pública, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (D) A sentença civil fará coisa julgada “erga omnes”, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

QUESTÃO 45

Sobre os consórcios públicos previstos na Lei 11.107/05, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- (B) O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.
- (C) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (D) O consórcio público adquirirá necessariamente personalidade jurídica de direito público e integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

QUESTÃO 46

Sobre licitações e contratos, nos termos da Lei 8666, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Não é possível a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da Administração quando ocorrer a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- (B) Constitui crime com pena de detenção de 3 a 5 anos e multa dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.
- (C) Nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- (D) É dispensável licitação para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

QUESTÃO 47

De acordo com as normas da Lei 11079/04, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CERTA:

- I. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
 - II. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
 - III. A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: ordem bancária; cessão de créditos não tributários; outorga de direitos em face da Administração Pública; outorga de direitos sobre bens públicos dominicais; e outros meios admitidos em lei.
- (A) Apenas uma afirmativa está correta.
 - (B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
 - (C) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (D) Nenhuma afirmativa está correta.

QUESTÃO 48

Com relação ao serviço público assinale a opção INCORRETA:

- (A) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- (B) Considera-se rescisão a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (C) A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.
- (D) Uma das formas de extinção da concessão é a anulação.

QUESTÃO 49

Sobre bens públicos assinale a opção INCORRETA:

- (A) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) São bens públicos os dominicais tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (C) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- (D) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

QUESTÃO 50

Sobre processo administrativo, previsto na Lei 9784/99, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- (C) São princípios expressos na Lei 9784/99 da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (D) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.